

Os “nós” de Temer: uma análise dos discursos de posse de 2016

[The “We” of Temer: An analysis of the inaugural speeches of 2016]

REVISTA
com política

revista compolítica

2018, vol. 8(1)

compolitica.org/revista

ISSN: 2236-4781

DOI: 10.21878/compolitica.2018.8.1.139

Open Access Journal

Franco Iacomini Jr.

Universidade do Tuiuti do Paraná
[Tuiuti of Paraná University]

Tarcis Prado Jr.

Universidade do Tuiuti do Paraná
[Tuiuti of Paraná University]

Moisés Cardoso

Universidade do Tuiuti do Paraná
[Tuiuti of Paraná University]

Resumo

A presente pesquisa trata dos dois primeiros discursos proferidos por Michel Temer após suas posses na Presidência da República, em 2016: em 12 de maio, quando tornou-se presidente interino, após a abertura de processo de impeachment contra Dilma Rousseff; e em 31 de agosto, depois de o Senado condená-la à perda do mandato. O objetivo é buscar uma melhor compreensão de como tais pronunciamentos públicos podem revelar a relação do novo governo com as forças políticas que o cercam. Para isso, seu marco teórico baseia-se amplamente no trabalho de Dominique Maingueneau sobre análise do discurso e na pesquisa de Guita Debert sobre discursos de posse. Os textos, obtidos por meio do website da Presidência da República, foram tratados com o software Iramuteq para análise lexicográfica. Os resultados apontam que os discursos revelam uma disposição de governar com uma elite parlamentar (expressa pelo uso frequente do pronome “nós”, em especial no segundo discurso), em oposição a um governo popular.

Palavras-chave: discursos de posse, análise de discurso, Michel Temer.

Abstract

Present research deals with the first two speeches given by Michel Temer after his double inaugurations as President of Brazil in 2016: on May 12, when he became acting president, after the opening of impeachment proceedings against Dilma Rousseff; and on August 31, after the Senate condemned her to the loss of her term. The aim is to seek a better understanding of how such public pronouncements can reveal the relationship of the new government with the political forces that surround it. Theoretical framework is based largely on Dominique Maingueneau's work on discourse analysis and on Guita Debert's work on inauguration pronouncements. Texts of the speeches, obtained through the website of the Presidency of the Republic, were treated with Iramuteq software for lexicographic analysis. Results indicate that the speeches reveal a disposition to govern with a parliamentary elite (expressed by the use of the pronoun "we", especially in the second discourse), as opposed to a popular government.

Keywords: inauguration speeches, discourse analysis, Michel Temer.

Os “nós” de Temer: uma análise dos discursos de posse de 2016

Franco IACOMINI JR.
Tarcis PRADO JR.
Moisés CARDOSO

No Brasil, o ano de 2016 foi marcado, na área política, pelo desenlace do processo de impedimento de Dilma Rousseff (PT) e pela posse de seu vice, Michel Temer (PMDB), na Presidência da República. Repleto de elementos discutíveis, o processo foi fonte de conflitos dentro da sociedade brasileira. Sua legalidade (ou não) é tema para constitucionalistas. Pelos caminhos da comunicação, entretanto, há diversos temas que surgiram ao longo das discussões, e que serão, certamente, tratados nos meses e anos que se seguirão.

Michel Temer não era o preferido de Lula para a composição da chapa com Dilma. O ex-presidente, de acordo com o que publicou a imprensa à época (MOURA, 2017), preferiria o jurista Nelson Jobim. Pressões do PMDB, aliadas ao benefício que um maior tempo na propaganda eleitoral gratuita que a coligação poderia proporcionar, levaram-no a aceitar o então presidente da Câmara dos deputados como vice. Além disso, por ser um partido com uma grande bancada na Câmara Federal e muita capilaridade, havia certo consenso de que não se governaria sem o PMDB, isso desde o governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB). “Temer não foi escolhido por ser considerado o melhor, mas porque era praticamente a opção mais viável para a governabilidade”, afirma texto no site pró-esquerda Brasil 247 (MIRANDA, 2017). Segundo o marqueteiro do partido à época, João Santana, Temer não tinha vocação para vice:

Nós fazemos teste de perfil de vice. O Temer não tinha um perfil, nunca teve. Era pouco conhecido e onde era conhecido, sofria críticas. E não havia uma sinergia entre os perfis dele e da Dilma, ao contrário. A Dilma precisava na verdade ter um político mais jovem, mais aberto, mais carismático, que compensasse (isso), sem engoli-la. (MOURA, 2017)

No dia da convenção pemedebista que aprovou o nome de Michel Temer para vice de Dilma¹, o deputado paulista chegou a dizer que “o PMDB não teria papel coadjuvante na aliança com o PT para a disputa das eleições presidenciais” (PIRES; DELGADO, 2010). Seis anos depois, ficaria claro que Temer e o PMDB buscavam ser bem mais que coadjuvantes.

Após a eleição de 2014, em que Dilma Rousseff obteve a vitória por margem apertada², instalou-se um ambiente de divisão na sociedade brasileira, que superava o antagonismo dos últimos 30 anos entre PT e PSDB. Logo após o pleito, o partido perdedor ingressou com petição no Tribunal Superior Eleitoral, pedindo recontagem de votos e alegando suspeição no processo de voto eletrônico (FERES JR; SASSARA, 2018, p. 4). A suspeição seria retirada em outubro de 2015, após o partido alegadamente chegar à conclusão de que não ocorreu fraude (*Ibid.*, p. 10). Este foi o mesmo mês em que ocorreu o lançamento pelo PMDB do documento “Uma ponte para o futuro”, que correspondia a um programa econômico para um eventual governo do partido. Embora um evento não precise, necessariamente, estar ligado ao outro, a sincronia dos movimentos permite especular que PMDB e PSDC poderiam ter afiançado uma aliança com base nas reformas propostas no documento, que incluía ajuste fiscal, reforma orçamentária, mudanças no sistema de Providência e redução nos juros.

Nesse contexto, uma das peculiaridades de 2016, esse ano estranho na política brasileira, foi o fato de terem ocorrido, de fato, duas posses presidenciais, ambas protagonizadas pelo mesmo sujeito. Em 12 de maio, o Senado Federal aprovou a abertura do processo contra Dilma Rousseff, ato que levou ao seu afastamento preliminar do cargo. Em 31 de agosto, a votação final da mesma casa legislativa resultou na cassação do mandato presidencial. Na primeira ocasião, Temer assumiu a presidência da República de forma interina. Na segunda, tomou posse definitiva do posto.

O objetivo deste artigo é analisar os discursos primeiros proferidos por Michel Temer imediatamente após esses atos e, a partir deles, buscar um melhor entendimento sobre a

¹ Temer foi escolhido com 84,8% dos votos; em segundo ficou o senador pelo Paraná Roberto Requião, com 14,3% (PIRES; DELGADO, 2010).

² Ambos os candidatos que disputaram o segundo turno das eleições presidenciais, Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB), obtiveram mais de 50 milhões de votos. Dilma venceu com 51,64% dos votos válidos, contra 48,36% de Aécio.

forma como os pronunciamentos podem evidenciar as relações do novo governo com as forças políticas que o cercam. Faz-se isso partindo-se do princípio de que, embora fora do contexto simbólico de uma cerimônia de posse convencional, os discursos iniciais expressam a forma como o presidente navega por entre as diferentes expressões políticas que se manifestam nesse determinado momento histórico.

A ressalva sobre o contexto simbólico se faz porque nenhum dos discursos é apresentado como discurso oficial de posse. No sítio oficial da Secretaria de Imprensa da Presidência na internet constam os pronunciamentos proferidos por Temer a partir do período de interinidade – as falas de Dilma Rousseff não estão mais disponíveis da área reservada aos discursos. O primeiro, de 12 de maio, é apresentado como “Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante cerimônia de posse dos novos ministros de Estado - Palácio do Planalto”. O de 31 de agosto é identificado como “Discurso do senhor Presidente da República, Michel Temer, durante abertura da Reunião Ministerial – Brasília/DF” (SECRETARIA DE IMPRENSA DA PRESIDÊNCIA, 2016).

No Brasil, os ritos de posse de um presidente eleito são previstos no capítulo II do decreto 70.274, de 9 de março de 1974. A normatização inclui dois momentos-chave, que são: o compromisso constitucional, realizado no Congresso Nacional; e a transmissão simbólica da faixa presidencial – cada um deles seguido de um discurso. A legislação inclui um artigo (o 50º) regulamentando a transmissão temporária de poder em caso de impedimento do titular do cargo. Nesse caso, a regra demanda que o ato se dê no Palácio do Planalto, sem solenidade – e, portanto, sem discurso –, com a presença dos membros dos gabinetes civil e militar da Presidência (BRASIL, 1972).

No caso de Temer, realizou-se um ato de posse diante do Senado, em sessão especial em que fez o juramento de cumprir a Constituição e assinou o compromisso de posse. A solenidade, realizada em 31 de agosto de 2016, durou apenas 11 minutos e não teve nenhum pronunciamento público (GARCIA, 2016). A dispensa da transmissão da faixa e a ausência de discursos, entretanto, não atenua a curiosidade da população em relação às intenções do indivíduo empoderado, muito menos sua ansiedade em demonstrar-se como novo mandatário, o que justifica a importância desses pronunciamentos para a sociedade brasileira.

Ao analisar estudos semelhantes, é possível verificar que diversos autores vêm dando importância ao tema dos discursos de posse. O portal de Periódicos da Capes registra 30 artigos sobre o tema em língua portuguesa, e 234 usando palavras-chave em inglês (“inaugural speeches”). Entre os trabalhos é possível destacar contribuições de Guita Debert (2008) e Emerson Urizzi Cervi e Lucas Gandin (2015), Cheryl Schonardt-Bailey (2012), que compõem, juntamente com outros autores a serem referenciados oportunamente, o marco teórico desta investigação.

Estruturou-se o presente artigo em cinco seções: Introdução; Marco Teórico; Procedimentos Metodológicos; Apresentação e Discussão dos Resultados; e Considerações Finais.

Marco teórico

A interpretação de textos é prática cotidiana desde os níveis mais básicos da educação fundamental. Desta prática escolar descende, conforme observa Dominique Maingueneau, a moderna análise do discurso (MAINGUENEAU, 1997, p. 9). Em lugar de buscar uma interpretação simples – “o que este texto quer dizer?” – a análise de discurso mergulha em outro caminho. “A pergunta que ela coloca é: como este texto significa?”, conforme Eni Orlandi (2000, p. 17). Seu objeto de estudo afasta-se do texto escrito ou falado e avança sobre os códigos e processos de identificação entre os locutores, e destina-se a “filtrar e integrar os movimentos das disciplinas sobre as quais se apoia e, em primeiro lugar, os da linguística” (MAINGUENEAU, 1997, p. 188).

A análise do discurso – e, em especial, a vertente francesa dessa categoria de estudos – tem como objeto as formações discursivas, que consideram a enunciação juntamente com sua conjuntura, definida por elementos tais como a posição social e histórica dos enunciadores. O discurso político, de modo específico, faz parte de um processo ideológico de legitimação. Segundo Michel Foucault (2009, p. 37), “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo”. Mais explicitamente, Patrick Charaudeau observa que

o crédito que se pode dar a uma informação depende tanto da *posição social* do informador, do *papel* que ele desempenha na situação de troca, de sua *representatividade* para com o grupo de que é porta-voz, quanto do *grau de engajamento* que manifesta com relação à informação transmitida (2015, p. 52, grifo do autor).

Nesses termos, um pronunciamento de posse reveste-se de atenção especial: trata-se de ato marcante, realizado no momento em que ocorre uma transição na posição do indivíduo empossado, que deixa de ser postulante a um cargo para tornar-se seu detentor. No entendimento de Robert N. Bellah (2005, p. 42), trata-se de um evento de importância no contexto da religião civil nos regimes democráticos: “ele reafirma, entre outras coisas, a legitimação religiosa da mais brilhante autoridade política”. Valendo-se a mesma nomenclatura usada acima por Charaudeau, no momento da posse altera-se a posição social e o papel que ele representa diante da sociedade. Sua representatividade, conquistada pelo voto, é incontestável. Seu grau de engajamento é máximo – afinal, ele fala de si próprio e de um projeto de governo. Por isso, de acordo com Guita Debert (2008, p. 50), o discurso de posse “é o momento de retificação da legitimidade de um poder conquistado através de um projeto de ação transformadora referendado pelo todo social”.

No caso de Michel Temer e das circunstâncias que o levaram ao poder, todas essas inflexões são questionáveis. Falta-lhe o apoio direto que lhe teria sido dado pelo voto. Sustentado pelas instituições políticas que lhe facultaram o acesso ao poder, entretanto, ele assume o cargo de presidente duas vezes (primeiramente de forma interina e, meses depois, de modo efetivo). A característica de declaração de propósitos presente em um discurso de posse, entretanto, tende a permanecer ou até a acentuar-se, dado que ela serve a dois propósitos básicos, o de relatar o projeto político do orador e, quando necessário, o de opor tal projeto ao de seu antecessor (DEBERT, 2008). Em outras ocasiões, o discurso serve para firmar continuidades, como foi o caso do discurso de Dilma Rousseff na posse de seu primeiro governo, em 2011 (CERVI; GANDIN, 2015).

Procedimentos metodológicos

Para este artigo, foram analisados dois discursos de Michel Temer, os primeiros em cada uma das suas fases na Presidência da República: interino e empossado. Eles não constituem “discursos de posse” tradicionais, do tipo em que os governantes manifestam suas intenções e a forma como pretendem cumprir os compromissos estabelecidos em campanha. Os discursos analisados têm um tom mais informal, decorrente, talvez, de não serem proferidos com a circunstância de uma transmissão de faixa. O primeiro desses discursos foi realizado em 12 de maio de 2016, por ocasião da cerimônia coletiva de posse dos ministros do gabinete provisório. Já o segundo ocorreu na abertura de uma reunião ministerial, em 31 de agosto de 2016, horas depois de o Senado confirmar o afastamento definitivo de Dilma Rousseff.

O texto dos discursos foi obtido a partir de seção específica na página oficial do Palácio do Planalto na internet. O conteúdo foi, então, submetido ao software *Interface de R pour analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (Iramuteq), ferramenta eletrônica gratuita para análise de dados textuais. O Iramuteq foi desenvolvido inicialmente em língua francesa, e suporta ainda os idiomas inglês, espanhol, italiano e português, além de alguns outros de forma experimental. Seu uso tem crescido como auxiliar nas pesquisas das áreas de Psicologia e nas ciências sociais; no Brasil, a aplicação surge com mais frequência em estudos realizados desde 2013 (PINTO; MAZIERI; VILS, 2017). O programa aplica uma série de procedimentos estatísticos sobre bancos de dados textuais e pode ser usado em diversas categorias de textos, tais como entrevistas, séries de artigos de jornais ou revistas, obras literárias. Discursos proferidos por autoridades foram submetidos à mesma ferramenta de análise automatizada por Schonardt, Yager e Lahlou (2012), em uma apreciação sobre a retórica comparada dos presidentes americanos nos pronunciamentos do *State of Union*; e por Curbelo (2017) em um estudo sobre quinze falas de Donald Trump nos comícios que precederam a eleição presidencial americana de 2016. No Brasil, o expediente foi adotado por Cervi e Gandin (2015) para realizar comparações entre os discursos de posse de Dilma Rousseff em 2011 e 2015.

Mediante análises lexicais clássicas, análises de especificidades e o uso da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), a interface permite ao pesquisador identificar segmentos de texto associados a grupos de palavras que fazem parte de vocabulários semelhantes entre si e apresentá-las de forma gráfica (CAMARGO; JUSTO, 2013). A análise clássica identifica e formata os textos mais longos em segmentos de texto menores e relata as formas de palavras que ocorrem neles, assim como a frequência com que elas são citadas. Esse processo envolve a “lematização”, ou seja, o agrupamento de formas derivadas, de maneira que elas possam ser tratadas como uma só. Assim, as diferentes conjugações de um verbo são tratadas de forma conjunta – na listagem de palavras apresentada pelo programa, as formas verbais “acreditamos”, “acredito” e “acreditando”, por exemplo, serão contadas sob uma única forma, o infinitivo “acreditar”.

Já a análise de especificidades busca identificar as relações entre as palavras, mediante a coocorrência dentro das unidades de texto. Essa análise permite distinguir as regularidades de representações, os contextos típicos da estrutura do texto, que permitem destacar os “mundos” textuais. Nas palavras de Max Reinert (1990, p. 32), um dos responsáveis pelo desenvolvimento da análise lexicográfica automatizada:

as representações locais, múltiplas, imediatas, associadas às declarações de um corpus, são organizadas de acordo com leis específicas que identificam tipos de "mundos". Seu traço na língua só pode ser revelado através de um grande número de enunciados, similares de um certo ponto de vista.

O programa não busca encontrar o sentido das palavras – esse é o trabalho do pesquisador –, mas reuni-las conforme as afinidades que elas demonstram nos discursos. Isso se dá pela formação de espaços semânticos (NASCIMENTO; MENANDRO, 2006), que revelam traços do discurso, comparáveis a pegadas (CAMPOS *et al.*, 2013). Essa busca se aprofunda na etapa seguinte, a Classificação Hierárquica Descendente. De modo semelhante à análise de especificidades, ela se baseia na proximidade dos léxicos, destacando as relações entre as palavras. A partir dessas proximidades, ela identifica grupos de palavras que são usadas em contexto semelhante (*clusters*, na nomenclatura do programa). Esses grupos não são exclusivos: uma palavra pode aparecer em mais de um

cluster, conforme o uso dado pelo autor do discurso. Em uma analogia, é como se aquelas pegadas deixadas nas declarações indicassem ao pesquisador os territórios semânticos de onde as palavras eram originárias. Esses territórios são tratados como diferentes aspectos de um mesmo discurso e constituem o coração da presente pesquisa.

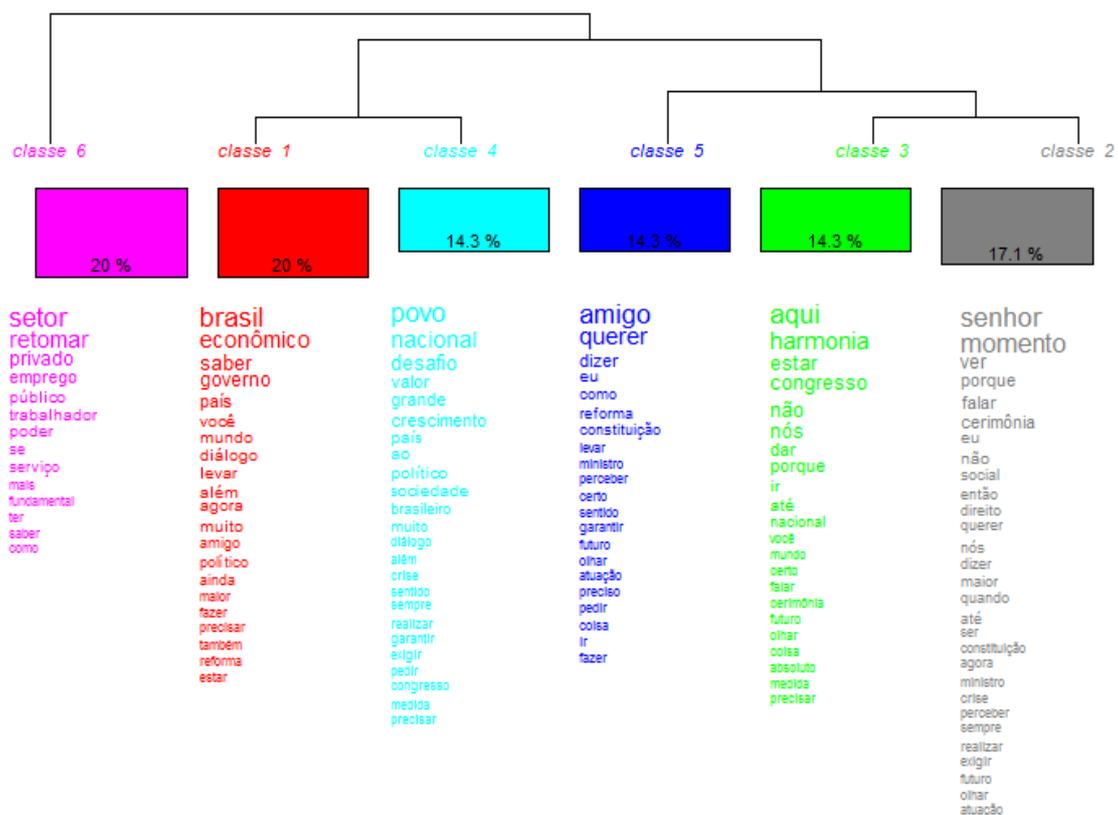
Para serem submetidos à análise via *Iramuteq*, os textos precisaram ser previamente convertidos ao formato .txt, com a codificação UTF-8. O processamento manteve a maior parte dos procedimentos padronizados por *default* no *Iramuteq*, com duas exceções. Em primeiro lugar, o número de classes terminais da fase 1 foi reduzido para 9, de forma a adequar análise ao tamanho e à heterogeneidade do *corpus* (FERNANDES, 2014). Adicionalmente, foram incluídas nas formas ativas analisadas pelo programa os advérbios e os verbos auxiliares, tais como “ser”, “ter” e “fazer”. Contam-se, ainda, como formas ativas os adjetivos, substantivos, verbos e formas não reconhecidas (em geral, nomes próprios são classificados nesta última categoria). Os advérbios foram incluídos com o objetivo de incluir na análise uma expressão específica, o advérbio de negação “não”, cuja incidência nos textos é elevada. Já os verbos auxiliares são importantes por se tratar de discursos em que as intenções do indivíduo são essenciais e também pelo tom informal dos discursos, que demanda o uso frequente desses verbos.

Apresentação e discussão dos resultados

Em maio, Michel Temer apresentou-se com um discurso de tom informal, em que começou dizendo que pretendia ter naquele encontro uma cerimônia “sóbria e discreta, como convém ao momento que vivemos” (TEMER, 2016a). Nele foram proferidas 2.747 palavras, sendo que 460 delas eram *hapax* – ou seja, são mencionadas apenas uma única vez. As formas mais usadas foram conjugações dos verbos “ser” (77 ocorrências) e “ter” (37). Seguem-se os pronomes pessoais “nós” e “eu” (32 e 30 aparições, respectivamente) e o advérbio de negação “não” (29). Os substantivos mais usados foram “país” (20 vezes), “senhor” (13), “Brasil” (13), “Constituição” (11) e “povo” (10). Os adjetivos mais citados foram “brasileiro” (16 citações), “público” (12) e “nacional” (7).

Procedida a análise fatorial do texto, esta retornou seis *clusters* (ou seja, classes de palavras pertencentes ao um vocabulário comum). Os maiores deles foram os das classes 1 e 6, cada um deles representando 20% do discurso de Michel Temer. A classe 2 contou 17,1% das palavras contidas no texto. As outras três classes somaram 14,3% cada. Conforme pode-se apreender pelo gráfico 1, as classes 2, 3 e 5 procedem do mesmo ramo e, portanto, tendem a ter mais afinidade entre si. O mesmo ocorre com as classes 1 e 4. Já a classe 6 é apresentada de uma forma destacada das demais, em um ramo distinto, denotando que o algoritmo do *Iramuteq* a trata como uma temática distinta das demais.

Gráfico 1 – Distribuição dos clusters no discurso de interinidade



Fonte: elaboração dos autores.

Um olhar um pouco mais aprofundado sobre as classes e ramos revela a divisão temática embutida no discurso inicial do então presidente interino. O ramo formado pelas classes 2, 3 e 5 soma 45,7% do conjunto. Ele inclui temas ligados à cerimônia de posse em si e seus aspectos institucionais, conforme pode-se perceber a partir das palavras em destaque: “senhor” e “momento” na classe 2 (com a expressão “cerimônia” surgindo pouco abaixo); “aqui”, “harmonia” e “Congresso” na classe 3; e “amigo”, acrescido ao verbo “querer”, na classe 5. Na classe 1, sobressaem-se as expressões “Brasil” e “econômico” enquanto que na classe 4, que completa este ramo, apresentam-se os termos “povo” e “nacional”. É de se observar que a palavra “diálogo” aparece em ambas as classes, denotando, portanto, tratar-se de uma divisão temática que trata da postura reivindicada pelo governante diante dos desafios assumidos pela administração pública na gestão que se pretendia iniciar.

Por fim, na classe 6 destacam-se os termos “setor”, “retomar”, “privado”, “emprego”, “público” e “trabalhador”. Essa classe constitui uma divisão peculiar: é a menor delas em número de formas significativas, apesar de representar uma parcela substancial do discurso (20%). É por meio dela que Temer se dirige aos trabalhadores, ainda que, em geral, em conjunto com outras parcelas da sociedade, conforme se pode inferir a partir do trecho abaixo:

Eu conservo a absoluta convicção de que é preciso resgatar a credibilidade do Brasil no concerto interno e no concerto internacional, fator necessário para que empresários dos setores industriais, de serviços, do agronegócio, e os trabalhadores, enfim, de todas as áreas produtivas se entusiasmem e retomem, em segurança, com seus investimentos. Teremos que incentivar, de maneira significativa, as parcerias público-privadas, na medida em que esse instrumento poderá gerar emprego no País.

Sabemos que o Estado não pode tudo fazer. Depende da atuação dos setores produtivos: empregadores, de um lado, e trabalhadores de outro. São esses dois polos que irão criar a nossa prosperidade. Ao Estado compete - vou dizer, aqui, o óbvio -, compete cuidar da segurança, da saúde, da educação, ou seja, dos espaços e setores fundamentais, que não podem sair da órbita pública. O restante terá que ser compartilhado com a iniciativa privada, aqui entendida como a conjugação de ação entre trabalhadores e empregadores. (TEMER, 2016a)

Essa classe do discurso trata da retomada econômica do setor privado, relacionando-a diretamente à criação do emprego – citado no discurso como “um bem fundamental para os brasileiros” (TEMER, 2016a). Em meio à conjuntura social e econômica que cercou a troca de poder de 2016, o crescimento do desemprego foi uma variante de grande importância, pelo seu impacto sobre a opinião pública. A classe 6 distingue-se das restantes justamente por incluir os trabalhadores como destinatários do diálogo proposto. Nessa conjuntura, eles constituem um elemento estranho à ciranda de políticos e líderes empresariais ao qual o discurso se destina primordialmente (aos quais o presidente empossado refere-se geralmente como “nós”). A tabela 1, que apresenta as três palavras mais significativas de cada uma das classes, relacionando-as com o percentual de citações que ocorrem dentro da própria classe, reforça o caráter distinto da classe 6 ao apontar que as três principais palavras desse *cluster* têm, ao menos, três quartos de suas ocorrências no discurso dentro da classe.

A tabela também apresenta o coeficiente de qui-quadrado (χ^2) e, entre parênteses, a participação de cada classe no discurso completo. O qui-quadrado é um indicador estatístico que permite executar uma avaliação quantitativa do resultado de um experimento em relação à distribuição esperada para ele; no caso dos resultados obtidos no *Iramuteq*, ele “exprime a força de ligação entre a forma³ e a classe” (FERNANDES, 2014, p. 21). A comparação dos coeficientes de qui-quadrado revela apenas três expressões em que o resultado é superior à participação da classe no total do discurso: “povo” e “nacional”, na classe 4, e “senhor”, na classe 2.

Tabela 1 – palavras estatisticamente significativas em cada cluster no discurso da interinidade

Classe 1 (20%)	%	chi2	Classe 2 (17,1%)	%	chi2
Brasil	63,64%	19,02	senhor	71,43%	18,15
econômico	100%	13,12	momento	80%	16,23
saber	67%	9,86	ver	60%	7,54

³ Ou seja, a palavra.

Classe 3 (14,2%)	%	chi2	Classe 4 (14,2%)	%	chi2
aqui	57,14%	13,12	povo	71,43%	23,33
harmonia	60%	9,96	nacional	66,67%	16,23
Estar	33,33%	7,78	desafio	75%	13,6
Classe 5 (14,2%)	%	chi2	Classe 6 (20%)	%	chi2
amigo	57,14%	13,12	setor	100%	18,06
querer	41,67%	11,18	retomar	100%	13,12
dizer	33,33%	3,59	privado	75%	8,54

Fonte: elaborado pelos autores.

O primeiro discurso de Michel Temer como presidente interino do Brasil em decorrência do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff revela uma preocupação com duas questões centrais: os aspectos institucionais da transição, em que é central a ideia de diálogo e amizade (expressa pela palavra “amigo”, presente nos *clusters* 1 e 5); e a retomada econômica. O gráfico 2, a seguir, apresenta uma visão dos *clusters* (identificados por cores) e de suas palavras significativas distribuídas em quadrantes. Sendo a classe 6 a única que nasce sozinha de um ramo, ela aparece no gráfico distanciada das outras, em um quadrante quase que exclusivo, embora com aproximações, em especial, com as classes 1 e 5. As palavras “retomar”, “setor”, “privado” e “emprego” estão entre essas que aparecem isoladas, em um discreto contraste a expressões das classes 2 e 3 (“cerimônia” e “harmonia”, por exemplo), que encontram-se no quadrante oposto. As classes 1 e 4 aparecem bastante mescladas no quadrante inferior direito.

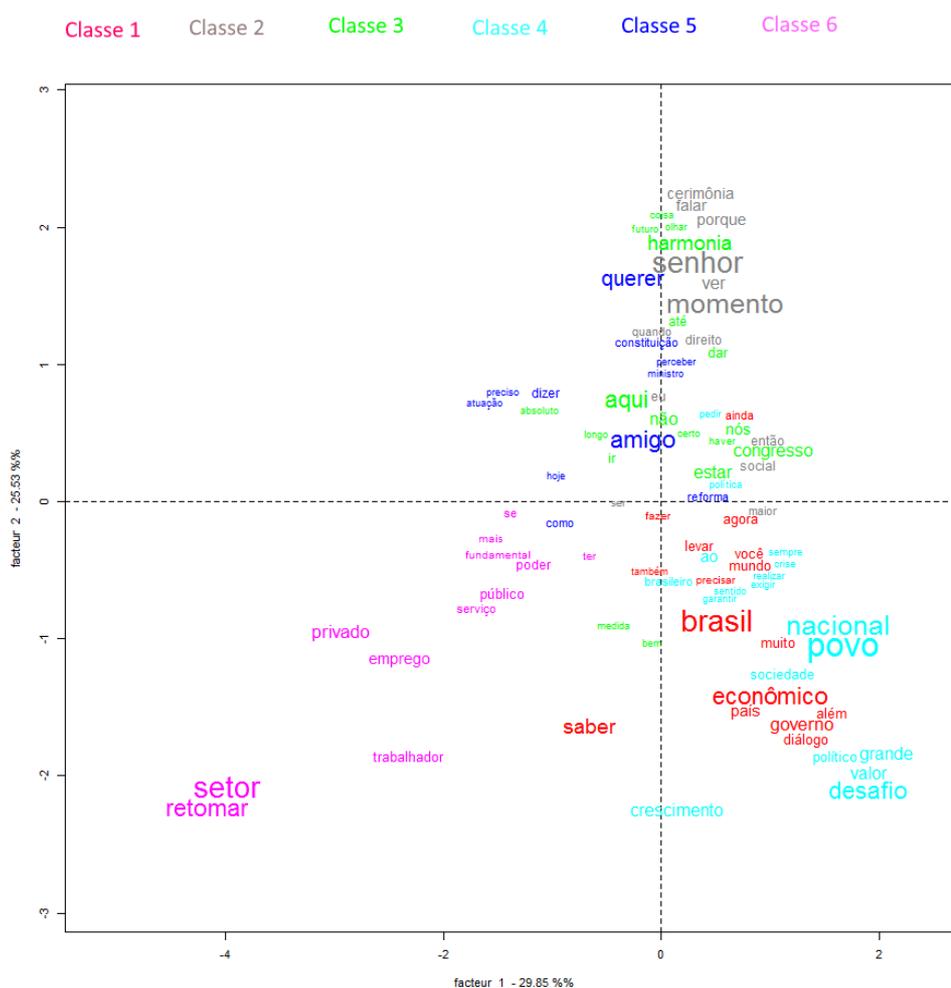
O que fica evidente nesse discurso é uma tentativa de apaziguamento da nação, buscando neutralizar a polarização de direita *versus* esquerda (ou coxinhas *versus* mortadelas, como a linguagem das ruas a traduzia), ruim para a governabilidade naquele período. Tentativa vã, pois já ensinava Aristóteles (2006, p. 77):

Pode-se dizer do cidadão o que se diz de qualquer um dos indivíduos que viajam a bordo de um navio: que ele é membro de uma sociedade. Mas, entre todos esses homens que navegam juntos, e que têm um valor diferente, visto que um é remador, outro piloto, este encarregado da proa, aquele exercendo, sob outra denominação, um cargo semelhante – é evidente que se poderá

designar, por uma definição rigorosa, a função própria de cada um; no entanto, haverá também alguma definição geral aplicável a todos, porque a salvação da equipagem é ocupação de todos e o que todos desejam igualmente .

Aproximando a analogia aristotélica do caso em tela: o presidente em exercício buscava com seu discurso mostrar que o país corresponde à soma de todos os cidadãos, com suas vicissitudes e idiossincrasias. Devido à tormenta que o “navio Brasil” estava atravessando, seria preciso evocar um bem maior – ou seja, a harmonia geral da nação – para que o emprego e a economia voltassem a crescer. Em outras palavras, era preciso juntar esforços, sublimar as diferenças e, figurativamente, como sugere Aristóteles, pegar firme nos remos e seguir em frente. Esta seria a mensagem em prol da retomada da relação de forças para o crescimento que a sociedade tanto almejava e que nele, Temer, depositara suas esperanças. O discurso teve recado certo e direto.

Gráfico 2 – Distribuição dos clusters e palavras em quadrantes



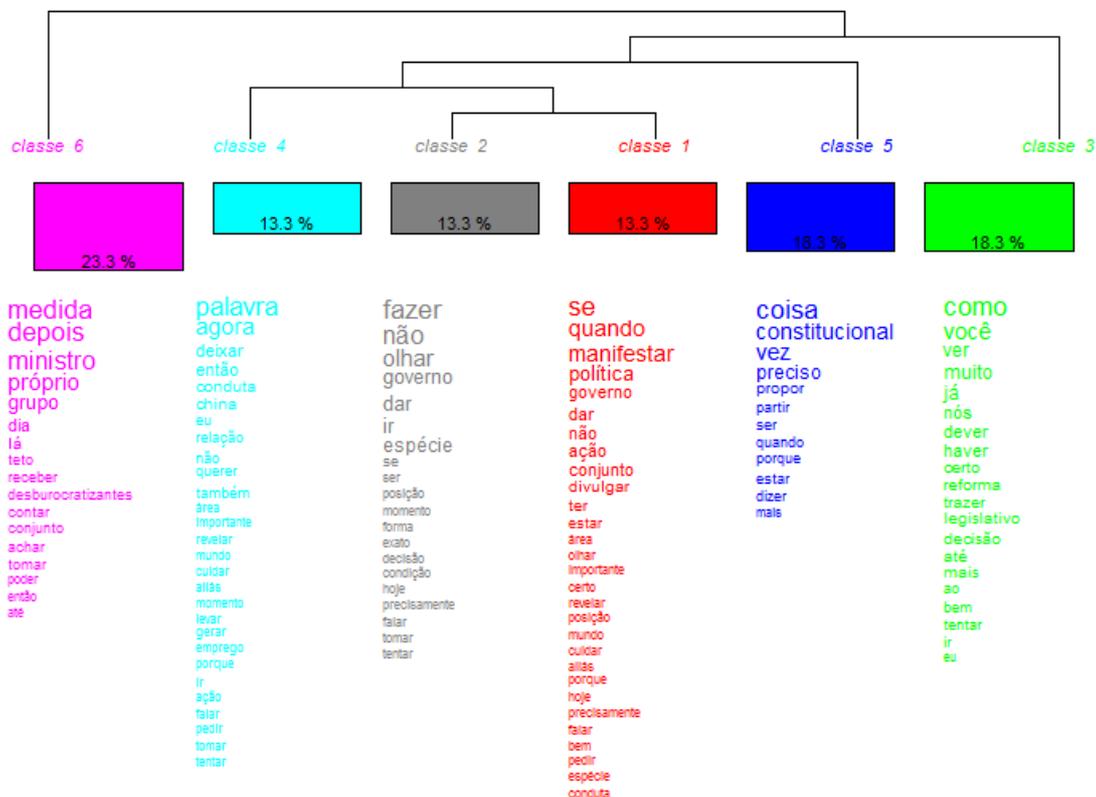
Fonte: elaborado pelos autores.

O segundo discurso é um pouco mais longo que o primeiro, com 2.559 palavras. É interessante notar que os discursos são relativamente curtos para a ocasião: os discursos de posse de Dilma Rousseff em 2011 e 2015 somavam 3.658 e 4.367 termos, respectivamente (CERVI; GANDIN, 2015). As ocorrências mais comuns são praticamente as mesmas do discurso da interinidade: o verbo “ser” – o mais usado, aparecendo 94 vezes ao longo do discurso –, as frases em forma negativa, definidas pela presença do advérbio “não” em 57 ocasiões, e os pronomes pessoais “nós” e “eu”, utilizados 53 e 38 vezes, respectivamente. Outros verbos recorrentes foram “ir” (36

aparições), “ter” (36), “dizer” (29) e “estar” (21). Entre os substantivos, destacam-se “governo” (20 vezes), “ministro” (16), “coisa” e “partido” (10 vezes cada). Os adjetivos mais usados foram “constitucional” (9 aparições) e “golpista” (5).

Na análise fatorial do referido discurso, foram obtidos seis diferentes clusters, conforme o gráfico 3. Um deles (classe 6) domina 23,3% do discurso de Temer, e destaca-se também por estar em um ramo único. Dentre as outras classes, a 3 e a 5 contam com 18,3% do discurso cada. Os três grupos restantes respondem, cada um, por 13,3% do total. A classe 3 forma um sub-ramo sozinha, enquanto outro sub-ramo se desenvolve para dar origem às classes 4 e 5 e a uma nova derivação, de onde emergem as classes 1 e 2, mais próximas entre si.

Gráfico 3 – Distribuição dos clusters no discurso da posse definitiva



Fonte: elaborado pelos autores.

O gráfico demonstra ainda as apalavras que se destacam em cada *cluster*. No *cluster* 6, destacam-se as palavras “medida”, “depois” e “ministro”. Esse eixo apresenta a parte do discurso em que Temer explica que medidas de desburocratização devem ser adotadas em todas as pastas para acelerar as ações dos ministérios. A classe 3 tem o advérbio “como” e o pronome “você” entre suas palavras mais significativas. Ele inclui ainda a palavra “reforma”, que surge apenas nesta classe e na classe 5. Esta última inclui as expressões “coisa” e “constitucional”. No grupo 4 destacam-se as expressões “palavra” e “agora”. No *cluster* 1, destacam-se as palavras “quando” e “manifestar”. O *cluster* 1 tem dois verbos entre as palavras mais significativas: “fazer” e “olhar”, assim como o advérbio “não” e o substantivo “governo” – este último, aliás, está entre as expressões de “peso” do grupo 1 e 2. Neste bloco, a temática predominante é a defesa do governo em diversas instâncias, com o presidente instando seus ministros a manifestarem-se em defesa da nova administração.

Emergem da análise, então, três grupos temáticos. O primeiro é formado apenas pelo *cluster* 6, refere-se à possibilidade de adoção de medidas de desburocratização, que dependem do titular de cada uma das pastas. O segundo, formado pelas classes 1 e 2, inclui a defesa do governo tanto para a proposição de medidas como em relação a eventuais acusações. O terceiro componente do discurso inclui observações sobre reformas a serem feitas, incluindo a da Previdência e o projeto do teto constitucional para os gastos do Governo Federal, e engloba as classes 3, 4 e 5.

Tabela 2 – palavras estatisticamente significativas em cada cluster no discurso da posse definitiva

Classe 1 (20%)	%	chi2	Classe 2 (17,1%)	%	chi2
Se	28,38%	14,53	fazer	41,67%	10,42
Quando	50%	10,75	não	26,67%	9,23
Manifestar	67%	9,86	olhar	66,67%	7,77
Classe 3 (14,2%)	%	chi2	Classe 4 (14,2%)	%	chi2
como	100,00%	19,09	palavra	83,33%	28,27

você	62,50%	12,03	agora	62,50%	19,31
ver	75%	9,19	deixar	60%	10,28
Classe 5 (14,2%)	%	chi2	Classe 6 (20%)	%	chi2
Coisa	87,50%	29,49	medida	100%	17,92
constitucional	83,33%	18,81	depois	100%	17,92
vez	83,33%	18,81	ministro	66,67%	15,75

Fonte: elaborado pelos autores.

Chama atenção o elevado grau de significância da expressão “coisa” – um vocábulo de significado difuso, polivalente, capaz de conceder ambiguidade ao que se está sendo dito – na classe 5. Seu coeficiente de qui-quadrado é de 29,49, mais que o dobro da participação da classe no total do discurso, o que indica que ele tem uma participação estatisticamente significativa dentro desta classe. Outros termos com presença estatisticamente significativa nesse sentido são “constitucional” e “vez”, também na classe 5; “palavra” e “agora”, na classe 4; e o advérbio “como”, na classe 3.

Ao analisar, isoladamente, os dois discursos de Michel Temer, foi possível isolar temas e conhecer sua forma de construção. A prioridade seguinte é colocá-los lado a lado, a fim de ressaltar eventuais coincidências e possíveis divergências. Para uma comparação de conteúdo, foram consideradas as frequências relativas das palavras mais relevantes nos dois discursos, obtidas a partir da soma das frequências apresentadas pelo *software Iramuteq* nos dois discursos. Os principais resultados desse levantamento compõem a tabela 3, que inclui os dez sujeitos mais frequentes (incluindo aí substantivos e pronomes pessoais), os três verbos e os três adjetivos mais mencionados. A última coluna indica o resultado da subtração do primeiro número pelo segundo (ou seja, frequências relativas do segundo discurso menos frequências relativas do primeiro discurso). Assim, números negativos indicam expressões que foram mais usadas no primeiro discurso (aquele que foi proferido na cerimônia de posse dos ministros da gestão Temer); números positivos indicam termos mais comuns no segundo discurso (o da reunião ministerial após a posse definitiva).

Tabela 3 – Frequência relativa dos termos nos dois discursos

Tipo	Termo	Discurso 1	Discurso 2	Diferença
Sujeitos (pronomes pessoais + substantivo)	nós	20,98	34,98	14
	eu	19,67	25,08	5,41
	governo	4,59	13,2	8,61
	ministro	5,25	10,56	5,31
	país	13,11	2,64	-10,47
	brasil	8,52	3,3	-5,22
	tempo	6,56	1,98	-4,58
	constituição	7,21	1,32	-5,89
	partido	0,66	6,6	5,94
	reforma	3,93	3,3	-0,63
Verbos	ser	50,49	62,05	11,56
	ter	24,26	23,76	-0,5
	estar	15,08	13,86	-1,22
Adjetivos	brasileiro	10,49	1,98	-8,51
	público	7,87	0,66	-7,21
	constitucional	0,66	5,94	5,28

Fonte: elaborado pelos autores.

Entre os pronomes e substantivos, o termo que mais apresentou crescimento foi “nós”, com elevação de +14, seguido de “governo” (+ 8,61) e partido (+ 5,94). Os sujeitos com maior redução em sua participação no discurso foram “país” (- 10,47), “constituição” (- 5,89) e “tempo” (- 4,58). A partir do uso dessas expressões, pode-se depreender que o primeiro discurso preocupava-se em estabelecer sua administração provisória como respaldada pela Constituição e como opção perene de poder para o Brasil. Esta percepção se intensifica pela utilização repetitiva da expressão “ao longo do tempo”, citada cinco vezes no discurso, apontando para uma relação antiga com a equipe que estava sendo empossada naquele momento e também para um compromisso de longo prazo com as revisões e reformas que Temer considera necessárias – apesar de, à ocasião, não haver

nenhuma garantia de que ele tivesse esse tempo, já que assumia apenas de forma interina.

Os trechos em que a expressão surge são apresentados a seguir :

- 1) Entretanto, eu vejo o entusiasmo dos colegas parlamentares, dos senhores governadores, e tenho absoluta convicção de que este entusiasmo deriva, precisamente, da longa convivência que nós todos tivemos *ao longo do tempo*.
- 2) Reitero, como tenho dito *ao longo do tempo*, que é urgente pacificar a Nação e unificar o Brasil. É urgente fazermos um governo de salvação nacional.
- 3) Nós temos de organizar as bases do futuro. Muitas matérias estão em tramitação no Congresso Nacional, eu até não iria falar viu, mas como todo mundo está prestando atenção, eu vou dar toda uma programação aqui. As reformas fundamentais serão fruto de um desdobramento *ao longo do tempo*.
- 4) De imediato, precisamos também restaurar o equilíbrio das contas públicas, trazendo a evolução do endividamento no setor público de volta ao patamar de sustentabilidade *ao longo do tempo*.
- 5) É preciso, meus amigos – e aqui eu percebo que eu fico dizendo umas obviedades, umas trivialidades, mas que são necessárias porque, *ao longo do tempo*, eu percebo como as pessoas vão se esquecendo de certos conceitos fundamentais da vida pública e da vida no Estado. (TEMER, 2016a, grifo nosso)

O segundo discurso emerge como uma afirmação real de troca de poder, conforme Temer declara, em uma de suas primeiras frases: “nós estamos ocupando uma outra posição” (TEMER, 2016b). Na conjuntura de uma transmissão definitiva de cargo, o presidente recém-empossado sublinha sua condição de formador de uma nova coalizão, como no trecho a seguir:

Por outro lado, os senhores todos aqui representam vários partidos políticos. Então, é importante que também nos respectivos partidos, os senhores tenham um trabalho muito intenso. Porque é fundamental que junto aos seus colegas dos partidos políticos, preguem a necessidade das reformas urgentes que o Brasil precisa. (TEMER, 2016a)

Como particularidades desses discursos, é necessário estudar com mais profundidade dois termos usados em larga frequência por Michel Temer. O primeiro deles é o pronome

peçoal “nós”, o sujeito mais frequente nos dois discursos. A expressão é usada em dois contextos. Em algumas ocasiões, a expressão refere-se ao presidente e à sua equipe. É, por exemplo, o caso (emblemático, por sinal), da abertura do discurso de 31 de agosto:

Boa tarde a todos mais uma vez. E dizer em rápidas palavras inaugurais nesse breve encontro, que a partir de hoje, nós estamos ocupando uma outra posição. Evidentemente, já disse há pouco que, enquanto interinos, eu e todos vocês, nós todos agimos como se fôssemos titulares efetivos. Mas, evidentemente, que a interinidade sempre deixava uma certa preocupação do tipo, até onde podemos ir, até onde não devemos ir. (TEMER, 2016b)

O segundo uso dessa expressão é mais abrangente, buscando abarcar a população brasileira, conforme o exemplo que segue, extraído da fala de 12 de maio: “Ninguém, absolutamente ninguém, individualmente, tem as melhores receitas para as reformas que precisamos realizar. Mas nós, governo, Parlamento e sociedade, juntos, vamos encontrá-las” (TEMER, 2016a). O conjunto “nós, governo, Parlamento e sociedade” é repetido mais uma vez no discurso de 12 de maio, sendo uma das ênfases daquele pronunciamento, que é abre o período de interinidade. No discurso de 31 de agosto – que é o da posse definitiva – a construção não é usada e o termo “sociedade” é mencionado apenas uma vez.

O segundo termo de destaque é o advérbio “não”, quarta expressão mais comum no primeiro discurso e segunda palavra mais usada no segundo discurso. Houve um importante aumento na frequência relativa do termo do primeiro para o segundo discurso, de 19,02 para 37,62. Das muitas formas de uso das frases negativas presentes nos textos, é possível encontrar momentos em que o “não” é usado para expressar uma situação de contraposição em relação ao governo anterior – o que é previsível, dado que uma das funções do discurso de posse, conforme observado anteriormente, é contrapor o projeto de futuro do cidadão empossado ao daquele que o antecedeu (DEBERT, 2008). Além disso, conforme Ernesto Laclau, momentos de crise exigem que os autores se posicionem de forma a construir uma narrativa que enfraqueça seu opositor, ao mesmo tempo em que fortalece sua própria disposição: “Cada um dos setores em luta tentará reconstruir uma

nova unidade ideológica usando um ‘sistema de narração’ que desarticule os discursos ideológicos das forças opostas” (LACLAU, E., *apud* DEBERT, 2008, p. 46).

É o caso do trecho abaixo, que combina com a ideia de afirmação de um grupo político, observada anteriormente:

Porque nós somos uma coletividade partidária, não é um partido único que está no poder, primeiro lugar. Em segundo lugar, não é um partido que está no poder e que despreza os demais, ao contrário, é um partido que está no poder e preza os demais partidos. E por isto quer que todos participem das políticas públicas do nosso País. O que mais se dizia no passado, e era extremamente desagradável, é que os partidos aliados não participavam da formulação das políticas governamentais. Isto eu não quero que aconteça no nosso governo. (Temer, 2016a)

No caso citado, a negação coloca o orador como oposto a um enunciador que o precedeu, em uma fórmula já conhecida e estudada dentro da análise de discurso (MAINGUENEAU, 1997). Esse enunciador não é denominado, mas deve ser reconhecido pela audiência – neste caso, a crítica surge endereçada a Dilma Rousseff e ao Partido dos Trabalhadores.

Se o primeiro discurso de Temer é uma convocação para a paz geral, o segundo é pautado por diretrizes gerais para o país, para o como/dever proceder. No primeiro, o então iniciante governo de transição buscava a reunião de forças ora pulverizadas; já no segundo, tem-se um governo mais confiante nas mudanças, já que teria todo o poder para implementá-las. Nos meses seguintes, de fato, foram aprovadas a proposta de emenda constitucional que limita durante 20 anos os gastos à inflação dos 12 meses anteriores (PEC 241/16) e a Reforma Trabalhista.

Em comum nos dois discursos está uma ênfase em mudanças, em especial no que concerne à área econômica, que estão entre os temas privilegiados dos *clusters* 1 e 6 do pronunciamento de 12 de maio de 2016 (que respondem, cada um, por 20% das palavras mencionadas pelo político) e nos *clusters* 3, 4 e 5 da comunicação de 31 de agosto (os quais tratam das reformas propostas pelo governo e respondem, juntos por 49,9% do discurso).

Considerações finais

A presente pesquisa refere-se aos dois primeiros pronunciamentos proferidos por Michel Temer após suas duas posses, como presidente interino (em 12 de maio de 2016) e definitivo (em 31 de agosto de 2016). E se propõe a buscar neles um melhor entendimento das relações do novo governo com as forças políticas que o cercam e sobre a forma como tais pronunciamentos podem comunicar essas relações.

Em ambas as situações, Michel Temer assume um tom casual, de improviso. Em maio, afirmou que sequer pretendia transformar a cerimônia de transmissão de cargo aos ministros em um ato de posse propriamente dito. Na segunda ocasião, em 31 de agosto, qualificou seu pronunciamento de “rápidas palavras inaugurais” em um “breve encontro” (TEMER, 2016b). Não se deve confundir esse tom com qualquer tipo de ingenuidade: por mais que estivesse dirigindo-se em tom intimista a uma ou duas centenas de pessoas em um auditório, ele sabia que suas palavras estavam sendo transmitidas em rede por praticamente todas as emissoras de televisão e um sem-número de rádios. Suas palavras seriam reproduzidas em jornais, revistas e portais. Nada de íntimo poderia haver nelas. Ao contrário: subjacente aos pronunciamentos ocorria a apresentação formal de um grupo governante e a fabricação de uma autoimagem para a nova administração.

Na comparação entre os dois discursos, a ênfase econômica é um ponto de união, saltando como o principal item compartilhado nos dois momentos. Michel Temer apresenta-se como capaz de apresentar uma solução aos problemas econômicos do país, mediante a apresentação de “medidas” – estas não explicitadas em suas falas – e “reformas”. A imagem de governante que pretende projetar, então, é a de um realizador capaz de reformar o país com suas medidas econômicas.

Com qual apoio ou rede de apoios Temer pretenderia realizar tal programa econômico? Não há declarações perfeitamente explícitas nesse sentido, embora o uso, já referido, da expressão “nós, governo, Parlamento e sociedade” possa dar um indício a esse respeito. Uma análise mais aprofundada, entretanto, permite desvelar melhor esse grupo, mediante a avaliação de dois aspectos dos pronunciamentos.

Em primeiro lugar, há a incomum inexistência de vocativos, que é própria de Michel Temer. Tais vocativos, em especial em uma cerimônia de transmissão de cargo, têm a função de mobilizar a população ao projeto político antevisto na campanha eleitoral.

Mesmo em seus pronunciamentos em rede de rádio e televisão, Temer não tem usado vocativos como marca de abertura de discursos – uma tradição da política brasileira desde, pelo menos, os anos 1930, quando Getúlio Vargas celebrizou a expressão “Trabalhadores do Brasil” na abertura de todos os seus pronunciamentos públicos. Ao abrir o pronunciamento de 12 de maio, o presidente se dirige a “meus amigos”, “senhores governadores, senhoras e senhores parlamentares, familiares, amigos, senhoras e senhores” (TEMER, 2016a). Em 31 de agosto, limita-se a dizer “Boa tarde a todos mais uma vez”. Pelos termos usados, apercebe-se que o discurso – embora sabidamente público, pois seu interesse popular demandava sua transmissão ao vivo e, certamente, a exibição recorrente em noticiários de tevê, rádio, na internet e em meios impressos – não estava endereçado à ampla coletividade dos brasileiros, mas ao pequeno público que o cercava naquelas ocasiões.

A falta de cerimônia pode ser explicada por um segundo aspecto dos discursos: o espaço e as circunstâncias da enunciação, chamados por Maingueneau de “cenografia” (MAINGUENEAU, 1997). Embora a previsão legal para a transmissão de posse em caso de impedimento a limite a um evento interno (conforme observado na introdução deste artigo), não há restrição à ação do próprio presidente ou de seus apoiadores para ampliar seu alcance. Exemplo disso foi a posse de Itamar Franco (PMDB), com a renúncia de Fernando Collor (PRN), ocorrida também após um tenso processo de *impeachment*. Na descrição feita pelo site de *O Estado de S. Paulo*,

Foi uma posse festiva e com aplausos. Antes de ler o termo de posse, Itamar entregou sua declaração de bens ao presidente do Congresso. Assim que terminou a leitura do compromisso de posse, as galerias, ocupadas principalmente por estudantes com rostos pintados – os cara-pintadas – cantaram o Hino Nacional. (O ESTADO DE S. PAULO, 2014)

No caso de Itamar, a leitura do termo de posse foi transformada em celebração pública de uma ruptura, presenciada e aplaudida, e com a inclusão um sinal simbólico – a entrega da declaração de bens, numa mal disfarçada alusão ao antecessor Collor, contra quem pesavam acusação que incluíam o enriquecimento ilícito. Já no caso de Temer, tanto o discurso da interinidade quanto o da transmissão do cargo se dão em ambiente restrito, sem a presença da população.

É nesse ambiente de pares (ou “amigos”, para repetir expressão usada nove vezes no pronunciamento de 12 de maio) que Temer apresenta seus projetos. Para tanto, usa o pronome pessoal “nós”, como no exemplo abaixo:

Nós temos de organizar as bases do futuro. Muitas matérias estão em tramitação no Congresso Nacional, eu até não iria falar viu, mas como todo mundo está prestando atenção, eu vou dar toda uma programação aqui. (TEMER, 2016b)

Conforme exposto anteriormente, os três sujeitos de maior crescimento do primeiro para o segundo discurso analisados neste trabalho foram “nós”, “governo” e “partido” – esta última expressão sempre usada para tratar das múltiplas agremiações políticas que formavam, àquele momento, a base de apoio ao governo Temer. Não há qualquer nota de ruptura (como houve no caso supracitado de Itamar Franco), ao contrário: as falas remetem à reativação de processos que, na retórica do presidente, haviam deixado de funcionar. Reflexo disso no texto de 12 de maio é a abundância de expressões e locuções com o sufixo “re”: “recuperação da economia nacional”, “retomada do crescimento”, “resgatar a credibilidade do Brasil no concerto nacional e no concerto internacional”, “reconstruir os fundamentos da economia brasileira”, “retomar sua vocação natural de investir”, “restaurar o equilíbrio das contas públicas”, “reequilibrar as contas públicas”, “recuperação do prestígio do País”, “religação de toda a sociedade brasileira com os valores fundamentais do nosso País”.

Nos discursos de Temer o pronome da primeira pessoa plural se refere exatamente ao presidente e seu grupo de assessores próximos – justamente o público desses primeiros

pronunciamentos, conforme pode-se depreender dos dois trechos abaixo, a começar pelos parágrafos iniciais do discurso de 31 de agosto:

Boa tarde a todos mais uma vez. E dizer em rápidas palavras inaugurais nesse breve encontro, que a partir de hoje, nós estamos ocupando uma outra posição. Evidentemente, já disse há pouco que, enquanto interinos, eu e todos vocês, nós todos agimos como se fôssemos titulares efetivos. Mas, evidentemente, que a interinidade sempre deixava uma certa preocupação do tipo, até onde podemos ir, até onde não devemos ir.

O fato é que nós fomos longe, mas fomos longe depois de muita meditação sobre todos os temas que nos chegaram à mesa. Tanto à minha quanto à de todos vocês. (TEMER, 2016b)

E, um pouco mais adiante:

O povo precisa colaborar e aplaudir as medidas que venhamos a tomar. E nesse sentido a classe política unida ao povo conduzirá ao crescimento do País. Todos os nossos esforços estarão centrados na melhoria dos processos administrativos, o que demandará maior eficácia da governança pública. (TEMER, 2016b)

Os “nós de Temer”, desta forma, não dizem respeito a alguma ligação ou afiliação com a população em geral, mas à sua própria corte, que corresponde à elite da aliança parlamentar que o apoiava – a “classe política” a que se refere. A presença frequente do termo “amigos” no primeiro discurso reforça essa impressão de que se trata de um governo organizado em torno da teia de relações e apoios pessoais de seu dirigente. Conforme declara o trecho acima, o papel da população brasileira nessa conjuntura – ainda de acordo com a retórica de Temer – é o de “colaborar e aplaudir” o que lhe foi preparado por seu notável grupo de salvadores da pátria (“É urgente fazermos um governo de salvação nacional” é uma das afirmações do discurso de 12 de maio). A pretensa informalidade do pronunciamento, assim, funciona como uma espécie de camuflagem: se ao telespectador inconsciente parece que o novo presidente propõe um acordo nacional em prol da eliminação das barreiras ao crescimento econômico, o entendimento de que

os destinatários do discurso são os políticos dos matizes que o cercam revela a amplitude desse acordo.

Ressalta-se também nos “nós” o caráter plural da intenção de Temer nos discursos aqui analisados e com destaque para o segundo. O discurso do então presidente empossado emerge como o “guardião da pluralidade” (HUIZINGA, 1975 já que, como assevera Maffesoli (2011, p. 35):

O político, no seu aspecto religioso, assegura de uma parte, pelo viés da liderança, a ligação com o meio natural; reforça, de outra parte, pelo sentimento coletivo e pela emoção partilhada, o estar-junto necessário a toda vida social. Mas, em ambos os casos esse político-religioso é estruturalmente plural.

Dessa forma, Temer busca incluir a todos na missão de reconstruir o país conclamando os brasileiros a tal tarefa, apelando para o sentimento de nação onde cada um é parte desse “nós”, que após a ressaca do processo de *impeachment*, é o que, segundo o “novo” presidente da República, deve direcionar o estar-junto nacional.

É interessante, ainda, relacionar os discursos de Temer com aqueles proferidos por Dilma Rousseff em suas posses de 2011 e 2015, com base no estudo de Cervi e Gandin (2015). Usando o mesmo instrumento de análise lexicográfica automatizada, os autores observaram dois planos principais, um em cada evento. No discurso de posse de 2011, em que Dilma sucedia Luís Inácio Lula da Silva (PT) em seus dois mandatos consecutivos à frente do Executivo nacional, a ênfase era a continuidade. Já o segundo discurso, conforme apontava a análise fatorial, destacava a inovação. Ressalvando que esse não é o tema principal de seu trabalho, Cervi e Gandin observaram que, em ambos os casos, o sentido constatado mediante a decomposição dos pronunciamentos coincidia com os *slogans* de campanha – “Para o Brasil seguir mudando” na disputa de 2010 e “Governo novo, ideias novas” quatro anos depois. No caso de Michel Temer, não havia *slogan* a ser defendido ou espelhado (ainda que, de alguma forma, Temer tenha chegado a vice-presidente ancorado pelos motes eleitorais de Dilma, que era a cabeça da chapa). Entretanto, é possível notar que há algumas afinidades do primeiro discurso (aquele de

12 de maio de 2016) com o documento “Uma ponte para o futuro”, que constitui uma espécie de plano de governo informal para Temer na área econômica (IACOMINI *et al.*, 2017). Já em seu primeiro parágrafo o texto aponta o caminho que defenderá:

Este programa destina-se a preservar a economia brasileira e tornar viável o seu desenvolvimento, devolvendo ao Estado a capacidade de executar políticas sociais que combatam efetivamente a pobreza e criem oportunidades para todos. Em busca deste horizonte nós nos propomos a buscar a união dos brasileiros de boa vontade. O país clama por pacificação, pois o aprofundamento das divisões e a disseminação do ódio e dos ressentimentos estão inviabilizando os consensos políticos sem os quais nossas crises se tornarão cada vez maiores. (PMDB, 2015, p. 2)

Preservação da economia e do desenvolvimento e união nacional, temas essenciais do discurso de 12 de maio, estavam assim, prenunciados no documento, cujo lançamento havia ocorrido sete meses antes. Àquele momento, em outubro de 2015, a mensagem do documento já era entendida como uma plataforma para criar viabilidade política para um projeto centralizado em Temer como alternativa de poder.

O presente artigo é uma primeira exploração dos atos de comunicação do período de interinidade de Michel Temer. Outros discursos dos primeiros dias de governo e, em especial, os pronunciamentos à imprensa e transmissões em rede de rádio e televisão, merecem o olhar analítico dos pesquisadores. A disponibilidade de dados permite análises em profundidade de um período recente e conturbado da história do Brasil.

Referências

ARISTÓTELES. *A Política*. Tradução Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

BELLAH, Robert N. Civil religion in America. *Daedalus*, Boston, v. 134, n. 4, p. 40–55, 1 set. 2005.

BRASIL. Decreto 70.274/1972. . Decreto 70.274 - Aprova as normas do cerimonial público e a ordem geral de precedência. , 9 mar. 1972. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d70274.htm>. Acesso em: 23 nov. 2016.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. Iramuteq: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, v. 21, n. 2, p. 513–518, 2013.

CAMPOS, Gilda Helena Bernardino *et al.* Díade mediador-aluno: Relações de cooperação. *Tecnologias, Sociedade e Conhecimento*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 57–79, 2013.

CERVI, Emerson Urizzi; GANDIN, Lucas. Da continuidade de Lula em 2011 ao “novo governo” reeleito em 2015: as principais características dos discursos de posse de Dilma Rousseff ao Congresso Nacional. In: XXIV COMPÓS, 2015, Brasília. *Anais...* Brasília: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2015. p. 1–19. Disponível em: <http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-7e1930dc-fca2-40ac-8445-3d711647baf2_completo_2786.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2015.

CURBELO, Ana Alonso. *Analysing the (ab)use of language in politics: the case of Donald Trump*. Working Paper, nº 02-17. Bristol: University of Bristol, 2017. Disponível em: <http://www.bristol.ac.uk/media-library/sites/spais/documents/Working%20Paper%2002_17_AAC.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e Populismo: Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda, Leonel Brizola*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/b23ds/pdf/debert-9788599662724.pdf>>.

FERES JR, Joao; SASSARA, Luna de Oliveira. Failed Honeymoon: Dilma Rousseff's Third Election Round. *Latin American Perspectives*, Riverside, v. 45, n. 3, p. 1–12, 26 mar. 2018.

FERNANDES, Baltazar. *Manual Iramuteq*. Disponível em: <https://www.academia.edu/9312034/Manual_Iramuteq>. Acesso em: 28 nov. 2016.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2009.

GARCIA, Gustavo. *Em cerimônia de 11 minutos, Temer é empossado presidente da República*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/temer-e-empossado-presidente-da-republica-em-solenidade-no-senado.html>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

IACOMINI, Franco *et al.* Temer na EBC: uma análise da cobertura da rede pública brasileira dos 111 dias de governo interino. *Rumores*, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 250–269, 23 nov. 2017.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp; Pontes, 1997.

MIRANDA, Fátima. *Quem votou em Dilma fez Temer presidente?* Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/colunistas/fatimamiranda/289533/Quem-votou-em-Dilma-%E2%80%9Cfez-Temer-presidente%E2%80%9D.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

MOURA, Rafael Moraes. *Lula ficou irritado com exigências do PMDB para apoiar Dilma, diz marqueteiro*. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/lula-nao-queria-temer-como-vice-de-dilma-em-2010-diz-marqueteiro-4o8f8gkfeqgy7xnpccr58ly6>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

NASCIMENTO, Adriano Roberto Afonso; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Análise lexical e análise de conteúdo: uma proposta de utilização conjugada. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 72–78, 2006.

O ESTADO DE S. PAULO. *O dia da posse: de Collor a Dilma*. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,o-dia-da-posse-de-collor-a-dilma,10643,0.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2000.

PINTO, João Custódio; MAZIERI, Marcos Rogério; VILS, Leonardo. Análise léxica automatizada em administração de empresas. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GESTÃO DE PROJETOS, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE, 2017, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Uninove, 2017. p. 1–12. Disponível em: <<https://singep.org.br/6singep/resultado/578.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

PIRES, Carol; DELGADO, Malu. *Temer é aprovado vice na chapa de Dilma à Presidência*. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,temer-e-aprovado-vice-na-chapa-de-dilma-a-presidencia,565622>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

PMDB. *Uma ponte para o futuro*. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015.

REINERT, Max. Alceste une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application: Aurelia De Gerard De Nerval. *Bulletin de Méthodologie Sociologique*, Paris, n. 26, p. 24–54, 1990.

SCHONARDT-BAILEY, Cheryl; YAGER, Edward; LAHLOU, Saadi. Yes, Ronald Reagan's Rhetoric Was Unique – But Statically, How Unique? *Presidential Studies Quarterly*, Washington, v. 42, n. 3, p. 482–513, 2012.

SECRETARIA DE IMPRENSA DA PRESIDÊNCIA. *Discursos*. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/discursos>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

TEMER, Michel. *Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante cerimônia de posse dos novos ministros de Estado*. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/discursos/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-posse-dos-novos-ministros-de-estado-palacio-do-planalto>>. Acesso em: 30 nov. 2016a.

TEMER, Michel. *Discurso do senhor Presidente da República, Michel Temer, durante abertura da Reunião Ministerial*. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/discursos/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-abertura-da-reuniao-ministerial-brasilia-df>>. Acesso em: 30 nov. 2016b.

Os autores

Franco Iacomani Jr. é doutorando em Comunicação e Linguagens pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Mestre em Teologia pela Faculdade Batista do Paraná (Fabapar). Graduado em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Paraná e em Teologia pela Faculdade Teológica Batista do Paraná. Membro do grupo de pesquisa JOR XXI (UTP). fiacomini@gmail.com

Tarcis Padro Jr. é doutorando em Comunicação e Linguagens da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Mestre em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP), Especialista em Promoção de Saúde pela Universidade de São Paulo (USP) e Bacharel em Comunicação Social (Habilitação em Relações Públicas) pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Professor de graduação e MBA nos cursos de Comunicação e Administração da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Membro do Grupo de Pesquisa JOR XXI (UTP). tarcisjr@yahoo.com.br

Moisés Cardoso é doutorando em Comunicação e Linguagens (UTP). Mestre em Desenvolvimento Regional (FURB), pós-graduado em Novas Mídias (FURB). Publicitário e jornalista, professor em cursos de Publicidade e Propaganda (FURB e FAMEG). É integrante dos grupos de pesquisa: JOR XXI (UTP) e Estudos Midiáticos Regionais (FURB). beiocardoso@gmail.com